

SEBASTIÃO JOÃO MASSAPA

**RESPONSABILIDADE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:
UMA ANÁLISE DO CONSÓRCIO DE GÁS NATURAL EM MOÇAMBIQUE**

**Lisboa
2017**



INSTITUTO SUPERIOR DE GESTÃO

**RESPONSABILIDADE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:
UMA ANÁLISE DO CONSÓRCIO DE GÁS NATURAL EM MOÇAMBIQUE**

Sebastião João Massapa

Dissertação apresentada no Instituto Superior de
Gestão para obtenção do grau de Mestre em
Estratégias de Investimento e Internacionalização

Orientador: Professor Doutor Álvaro Lopes Dias

Lisboa

2017

Epigrafe

“Se mistério da pobreza não for causado pelas leis da natureza, mas pelas
nossas instituições, grande é o nosso delito.”

Charles Robert Darwin
(1809-1882)

Resumo

Pretende-se com esta dissertação analisar o impacto no desenvolvimento económico e social junto das comunidades locais de Pande e Timane, Província de Inhambane, Moçambique, resultante da responsabilidade social do Consórcio sul-africano Sasol de Gás Natural.

A presença do Consórcio sul-africano em Moçambique reflecte os processos de mudanças profundas que o país vive desde a transição da economia centralmente planificada para uma economia liberal que assenta na relação de complementaridade entre o Estado e a sociedade civil, em particular o sector privado.

Embora esta dinâmica política contribua para o desenvolvimento e crescimento económico do país, têm emergido também desafios sobretudo ligados às práticas inadequadas de apoio às comunidades, exacerbando deste modo a desigualdade social, exclusão, corrupção, poluição ambiental, o desemprego, violação dos direitos humanos, entre outros.

O estudo constata alguma indignação e preocupação das populações das localidades de Pande e Timane devido ao incumprimento das promessas feitas pelo consórcio que explora o gás como a contratação de mão-de-obra local, transparência no recrutamento do pessoal e o fornecimento do gás às populações. Esta constatação vem contrapor a legislação moçambicana que determina uma percentagem das receitas da exploração dos recursos naturais a ser alocada ao desenvolvimento das comunidades locais.

Todavia, tanto em Moçambique como a nível global, são identificadas algumas soluções. A responsabilidade social das empresas para corresponder com as aspirações das comunidades locais necessita de combater a pobreza, cumprir a legislação laboral, promover o diálogo social inclusivo, bem como partilhar os lucros ganhos. Estas propostas de soluções podem certamente contribuir para dar resposta às necessidades dos empregados, consumidores, fornecedores e das comunidades locais onde as empresas desenvolvem as suas actividades.

Palavras-chave: responsabilidade social, desenvolvimento económico local, projectos sociais e comunidade local.

Abstract

The aim of this dissertation is to analyze the impact on economic and social development in the local communities of Pande and Temane, Inhambane province, Mozambique, resulting from the social responsibility of the natural gas Consortium led by Sosal-Petrochemical South Africa.

The presence of multinational companies in Mozambique reflects the profound changes that the country has experienced since the transition from a centrally planned economy to a liberal economy based on the complementary relationship between the State and civil society, in particular the private sector.

Although this political dynamic contributes to the development and economic growth of the country, there have also been challenges mainly related to inadequate practices in supporting communities, that exacerbate social inequality, exclusion, corruption, environmental pollution, unemployment, human rights violations, among others.

The study finds some indignation and concerns from the people of the localities of Pande and Temane due to the non-fulfilment of the promises made by the gas exploitation consortium, such as hiring local labor, transparency in the recruitment of personnel, construction of infra-structure, right to information and provision of gas to local people. This finding contradicts the Mozambican legislation that determines a percentage of 2.75 per cent of revenues from the exploitation of natural resources to be allocated to the development of local communities.

However, both in Mozambique and globally, some solutions are identified. Corporate social responsibilities to respond to the aspirations of local communities through fighting poverty, enforcing labor law, promoting inclusive social dialogue, and sharing profits. These proposed solutions can certainly contribute to meeting the needs of employees, consumers, suppliers and the local communities where companies operate.

Key-words: social responsibility, local economic development, social projects and local community

Agradecimentos

É pertinente realçar que o sucesso nunca é conseguido sozinho e, assim sendo, tenho a honra de agradecer aos que de forma directa ou indirecta contribuíram para a concretização da presente dissertação.

Ao meu Orientador Professor Doutor Álvaro Lopes Dias, não encontro palavras capazes de expressar a minha gratidão, pois, para além da sua capacidade e sapiência na orientação deste trabalho académico, contei com seu apoio e sua compreensão nos distintos momentos e contrariedades próprias de um aprendiz.

Agradeço também aos meus Professores Doutores Carlos Medeiros, Teresa Vieira Bracinha, Esmeraldo Azevedo, Eduardo Miranda, António Costa, Ana Nabeto e Mestre Paulo Oliveira Colegas do Curso de Pós-Graduação em Estratégia de investimento e Internacionalização Empresarial, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

À Dra. Conceição Lopes, pelo apoio e encorajamento para enfrentar os desafios que se impunham para a minha transferência do curso de Pós-Graduação da Lusófona para o Instituto Superior de Gestão, vai o meu muito obrigado.

Ao Major General Daniel Frazão Chale, Comandante do ISEDEF, pela força e coragem que me transmitiu e pela enorme compreensão, endereço um sincero obrigado.

Aos meus colegas que me apoiaram incondicionalmente em todos os momentos da minha estadia em Lisboa e souberam incentivar-me nos períodos mais difíceis, acreditando que tinha força suficiente para atingir o objectivo, registo o meu agradecimento.

Finalmente, quero agradecer profundamente à minha Família, esposa e filhos pela imensurável paciência de ter de aguentar sozinhos em Moçambique enquanto o curso decorria. O seu encorajamento permitiu-me ultrapassar vicissitudes e encarar a vida com naturalidade.

A todos, o meu muito obrigado.

Dedicatória

Dedico à minha família, por ter compreendido a minha ausência prolongada.

Índice

Introdução.....	1
1.1. Temática	2
1.2. Breve Descrição do Problema.....	2
1.3. Objetivos	3
1.4. Hipóteses	3
1.5. Modelo conceptual de análise	4
Capítulo I-Revisão da Literatura	5
1.1. Conceito de Responsabilidade Social	5
1.2. Dimensões da Responsabilidade Social.....	7
1.3. Modelos da Responsabilidade Social.....	9
1.4. Desenvolvimento Económico	11
1.5. Práticas Ambientais.....	13
1.6. Projetos Sociais	14
1.7. Relação Entre Responsabilidade Social e Desenvolvimento Económico	15
1.8. Responsabilidade Social no Contexto Moçambicano	17
1.8.1. Questão da Transparência	18
Capítulo II – Metodologia	21
2.1. Abordagem Metodológica	21
2.2. Instrumentos e Medidas	21
2.3. Amostra.....	22
2.4. Recolha de Dados.....	22
2.5. Análise de Dados	23
Capítulo III – Apresentação e Discussão dos Resultados	24
3.1. Caracterização da amostra	24
3.2. Perceção dos Residentes quanto às Práticas de Responsabilidade Social desenvolvidas pelo CGNPT	26
3.2.1. Reassentamento e Indemnizações	26
3.2.2. Desenvolvimento Económico.....	27
3.2.3. Práticas Ambientais	29
3.2.4. Projetos Sociais.....	30
Conclusões	32
Bibliografia.....	35
Anexo I – Questionário	37

Índice Tabelas

Tabela 1 – Distribuição do género dos residentes inquiridos	24
Tabela 2 – Distribuição da faixa etária dos residentes inquiridos	25
Tabela 3 – Distribuição dos residentes em reassentados ou não reassentados	25
Tabela 4 – Perceção dos residentes quanto à contribuição do CGNPT para o reassentamento e indemnizações.	26
Tabela 5 – Perceção dos residentes quanto à contribuição do CGNPT para o desenvolvimento económico.....	28
Tabela 6 – Perceção dos residentes quanto à contribuição do CGNPT para a adoção de práticas que protejam o ambiente.....	29
Tabela 7 – Perceção dos residentes quanto à contribuição do CGNPT para o desenvolvimento de projetos sociais	30

Índice Figuras

Figura 1. Pirâmide de RSE de Carroll (1991)	10
Figura 2. Pirâmide de RSE em África	11

Índice Gráficos

Gráfico 1 – Representação gráfica da distribuição do género dos residentes inquiridos	24
Gráfico 2 – Representação gráfica da distribuição da faixa etária dos residentes inquiridos	25
Gráfico 3 – Representação gráfica da distribuição dos residentes reassentados ou não	26
Gráfico 5 – Representação gráfica da perceção dos residentes quanto à contribuição do CGNPT para o desenvolvimento económico.	28
Gráfico 6 – Representação gráfica da perceção dos residentes quanto à contribuição do CGNPT para a adoção de práticas que protejam o ambiente	29
Gráfico 7 – Representação gráfica da perceção dos residentes quanto à contribuição do CGNPT para o desenvolvimento de projetos sociais	30

Introdução

Temos assistido a nível global o aumento da pressão em relação ao papel que as empresas, tanto nacionais como multinacionais, devem desempenhar no apoio às comunidades em que exercem as actividades através da definição de estratégias que tanto englobem aspectos económicos, sociais e ambientais, como de resposta às dinâmicas de desenvolvimento e melhoria das condições de vida das comunidades locais.

Tal pressão derivada importância que a responsabilidade social de uma empresa pode assumir no estabelecimento de equilíbrio entre os factores económico, social e da gestão ambiental, com a partilha do saber e das boas práticas. Deste modo, a estratégia de responsabilidade social na actualidade, emerge como um dos vectores centrais no processo da valorização das condições de vida das comunidades bem como na preservação do meio ambiente e na promoção de desenvolvimento sustentável, ao concorrer para a solução dos problemas locais e globais.

Pretendemos neste estudo abordar a problemática da responsabilidade Social e desenvolvimento económico. Concentramos a nossa atenção na análise do trabalho que está a ser levado a cabo pelo Consórcio sul-africano que vem explorando gás natural na província de Inhambane, Moçambique, em termos de resposta que ele dá às necessidades básicas das comunidades de Pande e Temane.

A actuação do Consórcio no território moçambicano é o culminar das transformações no xadrez político e socioeconómico que o país tem testemunhado nos últimos vinte anos. Sendo uma delas a permissão da emergência do sector privado empresarial.

Assim, abordamos os principais conceitos como a responsabilidade social para a sustentação da discussão em relação ao caso estudado na tentativa de responder o grau de satisfação, com as práticas sociais do Consórcio de Gás Natural de Pande e Temane (CGNPT), no âmbito da sua responsabilidade social, nos assentamentos populacionais locais.

Para orientar o sentido da pesquisa, organizamos o estudo em três capítulos. No primeiro capítulo é dedicado à revisão da literatura onde são tratados os conceitos de responsabilidade social nas suas diferentes dimensões,

desenvolvimento económico e projectos sociais no quadro da melhoria das condições de vida das comunidades locais. No segundo capítulo aborda-se da metodologia utilizada para colecta e tratamento dos dados obtidos, sendo o terceiro capítulo para a apresentação dos resultados da pesquisa a partir do terreno, Pande e Timane.

Por último, apresentam-se as conclusões do estudo, as limitações e sugestões para estudos futuros. Uma das principais conclusões é de que a responsabilidade social do projecto de gás natural de Pande e Timane apresenta desafios quer na resposta às preocupações das camadas vulneráveis da população quer na inadequação da legislação nacional sobre o funcionamento das multinacionais no país. Há queixas da população local por incumprimento das promessas pela empresa Sasol sobretudo na distribuição da energia a nível das residências habitacionais passados mais de dez anos do início projecto de gás.

1.1. Temática

Esta investigação visa reflectir sobre a responsabilidade social e desenvolvimento económico no quadro da implementação das práticas sociais do Consórcio de Gás Natural de Pande e Temane (CGNPT) a nível das comunidades locais em Moçambique.

Nos últimos anos, assistimos à intensificação da exploração dos recursos naturais em quase toda África face à descoberta de quantidades significativas de minerais num esforço da promoção do desenvolvimento económico nos países africanos através de políticas de maior atracção de investimento directo estrangeiro (IDE). A exploração dos recursos, não obstante levanta, em geral, um conjunto de questões de vária natureza como legislação, a transformação real da economia moçambicana e ausência da transparência para se concretizar os objectivos da promoção de desenvolvimento e satisfação das necessidades básicas das populações locais.

1.2. Breve Descrição do Problema

Apesar do “boom” na exploração de recursos naturais como carvão, alumínio, energia hidroeléctrica e gás natural, o nível da pobreza em Moçambique continua preocupante. A expansão do IDE no país dificulta as políticas governamentais de gerar “spillover-effect” (Mosca e Selemene, 2011) pois, há muito que as estratégias

de desenvolvimento se concentraram em torno dos grandes projectos de mineração, relegando para o segundo plano outros sectores relevantes como o da agricultura que ainda sustenta a maioria da população.

Neste contexto, a problemática deste estudo é analisar o impacto a nível das comunidades locais em relação às práticas de responsabilidade social do CGNPT e contribuir na reflexão visando aumentar o nível do seu desempenho.

1.3. Objetivos

Partindo do pressuposto de que as empresas multinacionais têm procurado manter boas relações com as comunidades locais como garantia da integração em diversos países (cf. Rocha, 2010), constitui como objetivo geral deste estudo, verificar as práticas sociais do CGNPT no período de 2010 a 2017, no qual foi revista a legislação referente à indústria extrativa, como resposta aos questionamentos de académicos e sociedade em geral.

Constituem objectivos específicos:

OE1- Avaliar em que medida o desenvolvimento económico local resultante da responsabilidade social do CGNPT contribui para um maior desenvolvimento social;

OE2- Reflectir sobre determinantes das práticas ambientais da atividade do CGNPT que conduzem a um maior desenvolvimento social; e

OE3- Analisar os impactos dos projetos sociais do CGNPT no desenvolvimento social.

1.4. Hipóteses

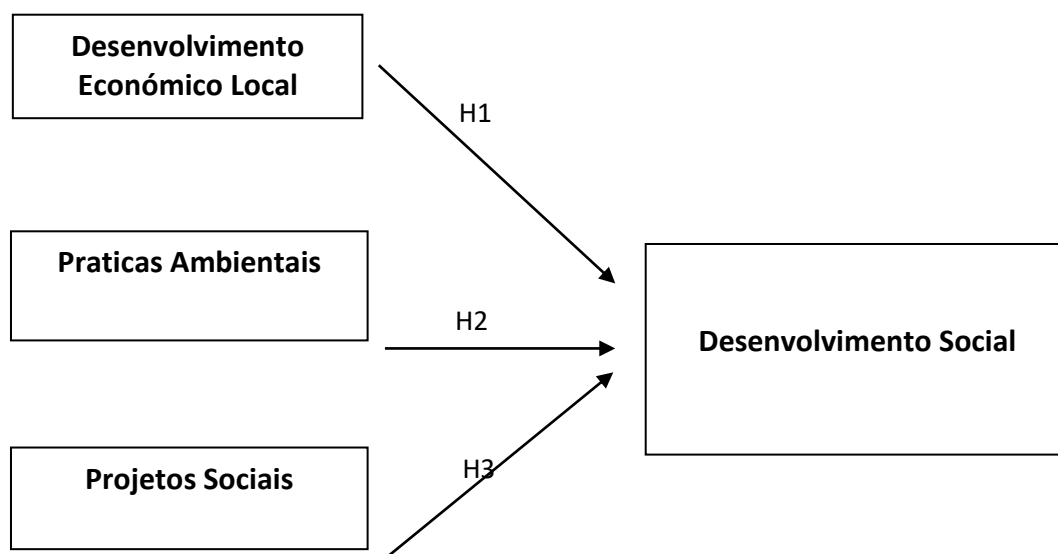
A presente dissertação visa estabelecer uma relação entre os conceitos de responsabilidade social, práticas ambientais e projectos sociais para a compreensão das dinâmicas de desenvolvimento económico e social das comunidades locais de Pande e Temane através do CGNPT, tendo em conta a ideia de que o interesse das empresas é a maximização dos seus lucros.

H1- Quanto maior for o nível do desenvolvimento económico local, maior é a tendência do desenvolvimento social resultante da atividade do CGNPT;

H2- Se as práticas ambientais do CGNPT respeitarem as normas legais, maior será o seu contributo para o desenvolvimento social nas suas diferentes dimensões; e

H3- Quanto maior for o impacto dos projetos sociais do CGNPT nas comunidades locais, maior é a possibilidade da melhoria das condições de vida, aumento de emprego e o empoderamento social.

1.5. Modelo conceptual de análise



Fonte: Elaboração própria

Capítulo I-Revisão da Literatura

1.1. Conceito de Responsabilidade Social

Responsabilidade social e desenvolvimento económico local se apresentam atualmente como temas que visam ao combate de problemas de índole não somente económica, mas também social e ambiental pois, as questões como exclusão, pobreza, poluição, corrupção, etc, de segmentos populacionais desfavorecidos são glogais. Para sua possível erradicação tem precisado não só o envolvimento de estratégias nacionais, com também em parceria com estratégias e modelos de instituições internacionais como BM¹, FMI² e ONU³ através de suas agências especializadas.

É neste contexto que o Governo de Moçambique (GdM) tem incentivado as empresas multinacionais, no sentido de se envolverem mais nos projetos sociais edificando infraestruturas sociais e garantindo emprego para as comunidades locais como forma de ajudar a alcançar o almejado desenvolvimento social (Plano Diretor, 2014).

É assim que neste capítulo tornou-se necessário abordar os principais conceitos usados neste estudo tais como a responsabilidade social, desenvolvimento económico local, práticas ambientais, projectos sociais e outros afins para compreender as transformações em curso em Moçambique no âmbito do apoio das empresas multinacionais ao desenvolvimento social das comunidades locais.

A noção de Responsabilidade Social é carregada de ambiguidade e por isso mesmo, tem muitas interpretações dependendo das expetativas e do contexto da época. Neste capítulo pretendemos discutir as diversas abordagens sobre o tema a fim de procurar perceber da relevância da RS na promoção do desenvolvimento social comunitário.

Portanto, a ideia de Responsabilidade Social (RS) é muito antiga, mas ganhou mais importância com o fim da II Guerra Mundial que permitiu o surgimento de novas ideologias de liberdade, igualdade e fraternidade que propiciou, desta forma, o aparecimento de movimentos sociais.

¹ Banco Mundial.

² Fundo Monetário Internacional.

³ Organização das Nações Unidas.

Por isso, Almeida (2010, p.19) esclarece que “A sociedade se tornou mais vigilante em relação à atividade empresarial e muitas empresas foram obrigadas a repensar os critérios éticos da sua conduta, pressionadas por uma concorrência sem fronteiras e por um mercado tendencialmente global.”

Segundo Casaca e Correia (2014: 185), a responsabilidade social pode ser compreendida como sendo atividades realizadas voluntariamente por uma empresa, com vista a contribuir para o crescimento económico, meio ambiente limpo e o desenvolvimento social da comunidade envolvente.

Na perspetiva de Rocha (2010: 249), a responsabilidade social seria a maneira como uma organização incluía atividades conducentes à proteção e desenvolvimento da sociedade, não se limitando apenas, aos seus próprios interesses.

Para Friedman (1962) a responsabilidade social é uma obrigação social de uma empresa ou organização de realizar as suas actividades dentro da legalidade e das normas éticas aceites pela sociedade. Enquanto para Bowen (1953) a responsabilidade social é a reacção social e para Sethi (1979) uma sensibilidade das organizações de assumirem as actividades de interesse público para evitar as pressões sociais.

Conforme Instituto Ethos (2013), a “Responsabilidade Social corresponde ao relacionamento ético entre a empresa e os seus stakeholders⁴, o respeito ao meio ambiente e o investimento em ações sociais”.

Para este estudo entende-se por responsabilidade social o conjunto de comportamentos, medidas e obrigações que as empresas adoptam para responder as preocupações cada vez mais crescentes das sociedades na procura de garantir a melhoria das condições de vida das pessoas ou comunidades locais onde operam.

Esta definição toma em consideração a crescente preocupação com a ética empresarial na gestão de negócios que se tem assistido nos últimos anos, bem como a evolução impressionante do conceito da responsabilidade social que hoje congrega várias esferas socioeconómicas. Segundo Mendes (2011), a publicação do Relatório Nosso Futuro Comum em 1987 veio ampliar a transversalidade do conceito, ligando as questões de desenvolvimento económico, de combate à pobreza e ambientais, embora a sua centralidade ainda permaneça na componente do desenvolvimento social.

⁴ Stakeholders- palavra inglesa que traduzido para Português significa partes interessadas.

Entretanto, esta transversalidade tem contribuído para tornar o conceito da responsabilidade social mais ambíguo e susceptível de variadas interpretações tendo em consideração aos contextos e às dinâmicas da época. Alguns autores como Daouda (2014) consideram que a responsabilidade social permite uma “linha trípula de base” do desenvolvimento sustentável nas suas dimensões económica, social e ambiental, facilitando a coordenação global na solução dos problemas de natureza económica e social.

A evolução do conceito teve como aspectos marcantes, a amplitude nos objectivos da responsabilidade empresarial transcendendo os interesses lucrativos para os morais versus humano-éticos; e a pressão social sobre as obrigações das empresas visto que apesar de existirem muitas empresas no mundo, elas empregavam apenas um por cento da população mundial enquanto controlam cerca de vinte sete e meio por cento da actividade económica global (cf. Anderson e Cavanagh, 2000). Como consequência disso, tem aumentado a exigência quanto à forma como as empresas devem operar.

Actualmente assistimos a uma pressão de âmbito internacional, tal como a Iniciativa Compacto Global das Nações Unidas fundada em 2000, que engloba dez princípios que tratam assuntos relacionados com direitos humanos, meio ambiente, relações de trabalho e combate contra a corrupção e tem como membros 10000 empresas multinacionais, 145 Estados e ONGs. Esta organização tem como objetivo primordial apelar para maior engajamento de vários actores sociais, particularmente as empresas, na solução dos problemas globais, o que as torna mais relevantes.

Entende-se que a responsabilidade social nas suas diferentes dimensões desempenha um papel crucial na melhoria tanto do meio ambiente, bem como do bem-estar da comunidade local e da internacionalização da tecnologia social, direitos humanos e padronização das legislações nacionais de trabalho.

1.2. Dimensões da Responsabilidade Social

A multiplicidade de áreas de intervenção das empresas multinacionais, resultante de várias iniciativas internacionais, aumentou as exigências e expectativas em relação às suas responsabilidades na implementação das políticas empresariais nos últimos anos. Daouda (op.cit: 4) argumenta, por exemplo, que “em países africanos, dimensão social de desenvolvimento é conduzida em parte pelas multinacionais através da sua responsabilidade social corporativa”.

Para além da dimensão social de desenvolvimento as empresas são hoje exigidas a responder a diferentes áreas socialmente importantes para o desenvolvimento humano e económico. Debruçamo-nos aqui de duas dimensões que julgamos mais representativas: a dimensão interna e a dimensão externa.

A dimensão interna cuja centralidade é a satisfação das necessidades dos trabalhadores da empresa em termos salariais, assistência médica, formação, etc. Em suma, trata-se da satisfação da pressão dos trabalhadores ao empregador. Neste domínio as políticas das empresas baseiam-se no seu crescimento económico e nos ganhos. Quanto mais elas lucram maior é o nível de satisfação das necessidades ou exigências da sociedade em matéria de consumo. A dimensão interna da responsabilidade social que envolve práticas socialmente responsáveis consagradas aos colaboradores da organização e relacionam-se na sua maioria com questões de desenvolvimento do capital humano, designadamente, da saúde, da segurança no trabalho, da comunicação, da gestão de mudança.

A dimensão externa da responsabilidade social vai para além das fronteiras da empresa/organização, a centralidade deste estudo para identificar a nível do Consórcio as práticas socialmente responsáveis com implicações nas condições de vida das comunidades na sequência da exploração do gás natural.

Em África têm sido feitas referências sobre o contributo das práticas de responsabilidade social na melhoria de serviços públicos, como o fornecimento de água e a construção de escolas e hospitais sobretudo nas zonas rurais, onde a maioria da população africana ainda vive. A responsabilidade social das empresas desempenha assim um papel complementar aos esforços dos governos quer a nível local quer a nível nacional.

No entanto, os estudos têm identificado disfunções entre o compromisso das empresas multinacionais na prossecução das políticas sociais e as práticas reais das suas actividades. Surgem, no caso africano, questionamento sobre se a responsabilidade social promove realmente o desenvolvimento económico ou não. Muitas razões contribuem para tal questionamento, destacando-se as ambiguidades na construção do modelo de responsabilidade social em África, grande disparidade entre os discursos da responsabilidade social e realidades locais e ausência de mecanismos legais para o funcionamento das práticas da responsabilidade social (cf. Daouda, 2014). Estes factores têm levado a abordagens críticas, sugerindo maior proatividade da sociedade civil em relação ao desempenho empresarial das multinacionais em África de modo a repensar os critérios éticos da sua actuação.

Há um consenso, não obstante, de que a boa prática da responsabilidade social pode constituir uma ferramenta fundamental para a promoção do desenvolvimento social. Sendo importante assegurar, como Rico (2004) sugere, investimentos sociais empresariais nas áreas prioritárias a nível local e fortalecimento das capacidades de resposta nos serviços sociais básicos para minimizar as vulnerabilidades aos riscos.

Daí a pertinência de discutir neste estudo, o contributo da responsabilidade social para a satisfação das comunidades locais de Pande e Temane no quadro do consórcio de gás natural, tomando como pressuposto a visão estratégica do Estado moçambicano de conceber os projectos sociais como plataforma para a promoção do desenvolvimento económico e social.

Hoje a questão do envolvimento activo das multinacionais na solução dos problemas locais em Moçambique está na ribalta de discussões nas diferentes formas de organização da sociedade, estimuladas pela descoberta de enormes quantidades de recursos naturais, particularmente jazigos de gás natural. Mas antes de avançar nesta matéria, vamos analisar algumas formas de responsabilidade social.

1.3. Modelos da Responsabilidade Social

Vejamos então alguns modelos de responsabilidade social que podem ser aplicáveis no contexto moçambicano. Escolhemos para este caso, os modelos de Carroll e Visser.

Modelo de Carroll (1991) foi construído a partir de análise de resultados obtidos anteriormente por outros autores, sugerindo um modelo baseado na relação entre a responsabilidade social e a rentabilidade. Este modelo trouxe nova visão ao conceito de RSE ao considerar que ela é composta por quatro responsabilidades (Económica, Legal, Ética e filantrópica), como se apresenta na figura 1.

Figura 1. Pirâmide de RSE de Carroll (1991)



Fonte: elaborado pelo autor, com base em Ferreira (2012: 27; Carroll, 1991)

Visser (2005), ao analisar o modelo de Carroll, chega a conclusão de que a ordem das responsabilidades está dependente do local. Explica que o modelo de RSE quando aplicado no contexto africano verifica-se uma mudança na sua disposição sendo que, a fase quatro (filantrópica) passa para fase dois (legal), motivado por fraco nível de investimento estrangeiro nas economias em causa, provocando altos índices de desemprego.

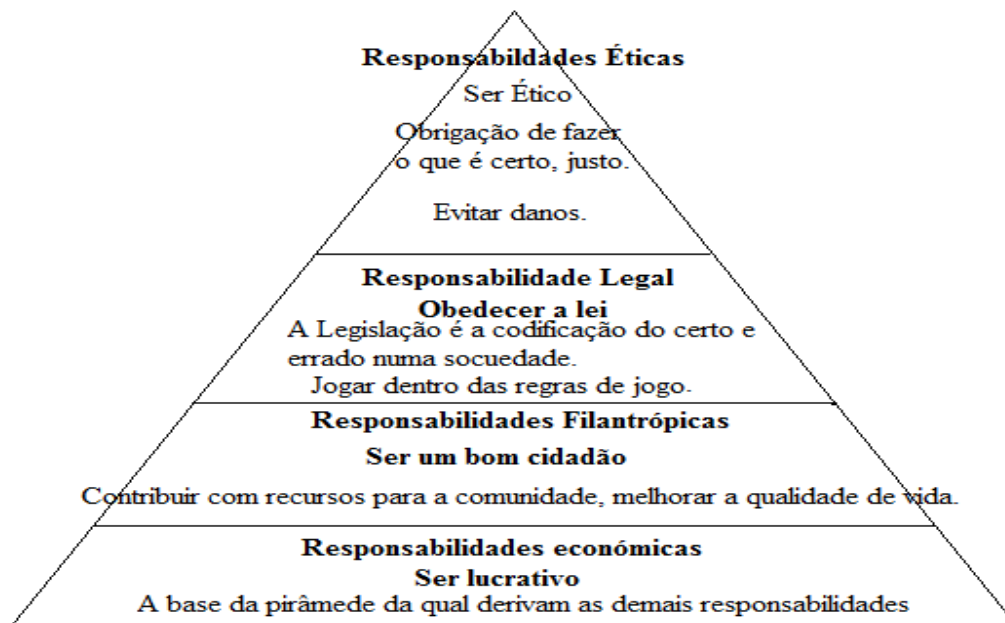
Baseando-se em dados estatísticos chega à conclusão de que até 1997, apenas 43% dos trabalhadores participavam na economia, e na generalidade dos países analisados apresentavam altos índices de pobreza extrema e com elevada dependência externa (Visser, 2005; 37-38).

Na perspectiva de Visser (2005), o modelo de Carroll não é compatível para a realidade africana conforme exposto acima. Nesta ótica, a pirâmide foi reformulada da seguinte maneira: (i) responsabilidade económica; (ii) responsabilidade filantrópica; (iii) responsabilidade legal e (iv) responsabilidade ética.

A responsabilidade filantrópica (discrecionária) foi transferida para o segundo lugar, justifica-se pelo facto de que "as empresas também percebem que não podem ter êxito em sociedades que falham e a filantropia é vista como a

maneira mais directa de melhorar as perspectivas das comunidades nas quais as empresas operam" (Visser, 2005).

Figura 2. Pirâmide de RSE em África



Fonte: Ferreira (2012, p. 30) adaptado de Pirâmide de RSE em África (Visser, 2005)

1.4. Desenvolvimento Económico

O conceito de desenvolvimento é portador de maior complexidade na sua abordagem, não havendo por isso consenso entre os estudiosos sobre o mesmo. Mas essa complexidade reflecte de algum modo as dinâmicas políticas, económicas e sociais que a si se associam nas diferentes etapas históricas. Hoje estão associados a este conceito os adjectivos local, participativo, humano, integrado, social, ambiental, entre outros. Assim, compreendemos facilmente que a noção de desenvolvimento não significa apenas a modernização e progresso, como era visto no passado, mas também a democracia, direitos humanos, sustentabilidade económica e a segurança de indivíduos.

Um dos factores que esteve por detrás da sua rápida complexidade foi o nascimento de uma cultura de civilização urbana de massas impulsionada pela revolução industrial. Os primeiros sinais deram-se na Inglaterra nos meados do século XIX. Depois a revolução industrial expandiu-se noutros países ocidentais,

particularmente nos Estados Unidos da América, como anota McLuhan (1964). O impacto dessa evolução reflecte-se em vários domínios.

Para McLuhan (1964), no campo dos direitos e das garantias registou-se uma progressão bastante positiva porque apareceram os primeiros sistemas de segurança social, a assistência médica, o direito às férias e o acesso a variadas formas de lazer e divertimento. Também aumentou consideravelmente o nível devida das pessoas face à rápida evolução dos meios de comunicação, especialmente os projectos através do espaço, como também a rádio, a televisão e as conexões cibernéticas.

Mas o ritmo de desenvolvimento não tem ocorrido de forma uniforme em diferentes cantos do mundo. Registam-se diferenças graves de oportunidades na conquista do desenvolvimento entre os países do sul e do norte, com maior incidência em África, o que tem contribuído para a prevalência da pobreza. A prevalência do fenómeno da pobreza tem levado a diferentes argumentos.

A visão pessimista defende que, as desigualdades acentuam-se essencialmente, devido ao modelo de desenvolvimento global. As críticas têm a centralidade nos números e dados estatísticos que os relatórios do desenvolvimento humano divulgam que revelam a gravidade da pobreza nos países em desenvolvimento, que representam 60% dos países do mundo. Segundo os estudos feitos sobre a problemática, “os determinantes sociais e económicos da saúde (WHO:2008) e o fenómeno da globalização injusta (...) estão na raiz da situação” (Buss et al., 2010:94).

Aponta-se também a ineficiência do modelo dominante de cooperação para o desenvolvimento Norte-Sul por não trazer ou funcionar para o desenvolvimento global. Isto é, as teorias de desenvolvimento formuladas no Norte (ocidente) nem sempre encontram enquadramento em diferentes realidades dos países em desenvolvimento devido em parte às diferenças nas suas dinâmicas económico-sociais. As abordagens sobre a pobreza são contextualizadas diferentemente entre os países considerados desenvolvidos e os países em desenvolvimento. As preocupações das populações em cada um destes dois contextos são diferentes. Enquanto por exemplo em África a maioria da população clama pela água potável, sanitários, electricidade já nos países desenvolvidos o sentido do bem-estar é outro. Desta forma, podemos dizer que o desenvolvimento tem estado a ser subvertido, por não respeitar as heterogeneidades geográficas e culturais das nações,

desvirtuando os resultados e a sustentabilidade de acções que possam promover o bem-estar humano global. A este respeito Sen afirma que:

“Vivemos num “mundo de notáveis privações, indigência e opressão. Há juntamente com os velhos, muitos problemas novos, incluindo a persistência da pobreza e das necessidades elementares insatisfeitas, a ocorrência de fomes e de uma subnutrição extensamente disseminada, a violação tanto das liberdades políticas e elementares como das liberdades básicas, o desprezo alargado pelos interesses e actividade das mulheres e as ameaças agravadas ao ambiente e à sustentabilidade da nossa vida económica e social.” (Sen, 2000).

Outra razão apontada é que o desenvolvimento do Norte se pauta fortemente em assegurar interesses industriais e dos mercados na lógica neoliberal. Tais interesses camuflam versões neo-colonialistas (Visser et al, 2005) através de valores políticos que são pré-condições para a concessão de fundos, o que perpetua as relações de dependência mundial dos países mais pobres.

Apesar destas perplexidades que o conceito de desenvolvimento traz em seu bojo tais como as contradições e tensões, ele remete para o aumento e crescimento económico, implicando mudanças qualitativas do sistema social (Tankersley, 1994), abarcando as várias dimensões entre elas: económica, política, tecnológica, ecológica e cultural. Envolve, portanto, objetivos situados no tripé (equidade social-conservação ambiental-eficiência económica).

Analizamos em seguida a relação entre os dois principais conceitos do estudo, responsabilidade social e o desenvolvimento.

1.5. Práticas Ambientais

O mundo vive hoje confrontado com profundas mudanças transversais envolvendo sectores que outrora eram negligenciadas pela sociedade, tanto académica como política e empresarial. Tais mudanças têm alterado os modos de viver das pessoas e pensar sobre os desafios ambientais globais.

Responsabilidade ambiental de forma geral refere-se as acções relacionadas com as exigências de prevenção e protecção do meio ambiente. As empresas são chamadas a serem responsáveis pela exploração intensiva que fazem dos recursos devido ao elevado nível de emissões poluentes na sua produção (Rocha, 2010).

A questão de dano do ambiente é global e a sua protecção exige também uma responsabilidade colectiva por afectar a atmosfera, as águas interiores,

superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora. Nenhuma entidade quer privada quer pública está imune das consequências ambientais.

Hoje os temas de poluição e mudanças climáticas estão no topo da agenda global, em particular no continente africano, onde nos últimos anos aumentou significativamente o volume da exploração dos recursos naturais. As questões emergentes reflectem a preocupação sobre as implicações dessas explorações para um crescimento económico inclusivo e amigo do ambiente.

Nos países em desenvolvimento, como Moçambique, há muitos desafios de concretizar os objectivos de desenvolvimento sustentável. Actualmente mais de 645 milhões de pessoas em África não têm acesso a electricidade, 700 milhões não têm acesso a energia limpa para cozinha e 600 mil morrem em cada ano devido à poluição doméstica provocada pela biomassa (cf. Banco Africano de Desenvolvimento, 2015). Acredita-se que África poderá ultrapassar este desafio se for capaz de reduzir a intensidade de crescimento de gases do carbono.

Mas para que isso possa ocorrer, são necessários mecanismos legais de aferição do dano e da responsabilidade, evitando, dessa forma, que os principais intervenientes no processo de exploração dos recursos e implementação de projectos de desenvolvimento não operem com arbitrariedade e cometam injustiças.

1.6. Projetos Sociais

As crises das economias públicas que acentuam a vulnerabilidade dos grupos sociais desfavorecidos contribuem para a necessidade de sinergias das sociedades de forma a responder-se os fenómenos complexos. Hoje em dia, discute-se a nível global sobre os mecanismos e projectos sociais que contribuam para o desenvolvimento, tomando em consideração as premissas de participação, o carácter endógeno, a capacidade organizacional da comunidade e o nível de partilha das responsabilidades entre diferentes actores sociais. Em contextos em que estes diferentes elementos ocorrem de forma integrada na lógica do desenvolvimento inclusivo, aumenta a possibilidade de satisfação das condições básicas dos grupos vulneráveis da população através da implementação de projectos sociais sustentáveis.

Um projecto social busca, por meio de um conjunto integrado de actividades, transformar uma parcela da realidade, reduzindo ou eliminando um défice, ou

solucionando um problema, para satisfazer necessidades de grupos que não possuem meios para solucioná-las por intermédio do mercado (Cepal, 1995; Nogueira, 1998). Frequentemente, os termos projectos, programas e políticas sociais são confundidos.

Um programa social é um conjunto de projectos; e uma política social, por sua vez, é um conjunto de programas. Projectos e programas são a tradução operacional das políticas sociais. Um projecto envolve acções concretas a serem desenvolvidas em um horizonte de tempo e espaço determinados, restritas pelos recursos disponíveis para tal. Portanto, um projecto social é um conjunto de acções que têm por propósito provocar impactos sobre indivíduos ou grupos denominados população-alvo ou beneficiários.

Os programas, em geral, envolvem horizontes de tempo mais longos que os projectos. Pode-se, portanto, analisar um programa por meio do estudo dos projectos que o compõem (Cepal, 1995, 1998). A outra diferença mais notória é que as áreas de actuação dos projectos são universalmente mais vastas e heterogéneas. Os projectos podem ser classificados em função do seu objecto (como sectores sociais) e em função do grupo-alvo (com relação às características distintivas). Normalmente a concepção de um projecto envolve diferentes fases, sendo as mais importantes a identificação de ideias do projecto, definição de objetivos, desenho, análise e aprovação, execução e avaliação (BID, 2000).

1.7. Relação Entre Responsabilidade Social e Desenvolvimento Económico

A responsabilidade social e o desenvolvimento económico são temáticas actuais que se relacionam mutuamente nas acções e práticas éticas levadas a cabo pelas empresas ou organizações, tanto privadas como públicas na resposta aos desafios sociais globais que afectam sobremaneira as comunidades.

A concepção moderna de desenvolvimento, que abarca várias dimensões já referidas neste estudo, requer que os projectos como práticas sociais tenham um processo inclusivo e interactivo com activo envolvimento de grupos de interesses (*stakeholders*). É nas práticas quotidianas interactivas que os projectos sociais adquirem a significação, reforçando os valores e afectos. É dentro desta lógica que hoje a responsabilidade social não se limita à resolução dos problemas e ao alcance das metas lucrativas da empresa, mas também à produção de bens e serviços úteis

às pessoas, incluindo a criação de empregos e garantia do bem-estar na lógica do contributo económico da empresa na sociedade.

Como observa McIntosh (2003) as corporações são nossas corporações. Elas são nosso coração e solo. Nelas investimos nossas pensões, nossas vidas em trabalho e nossos costumes. Quando elas actuam tanto como entidades privadas quanto públicas”. Acrescenta este autor que cresceu o peso da empresa e da sua universalidade tornando-a alvo da opinião pública ou do escrutínio público sobre o seu desempenho na satisfação das necessidades prementes da sociedade. Para outros autores como Carroll (1991), a responsabilidade social da empresa de negócios inclui simultaneamente a satisfação dos seus objectivos económicos, legais, éticos e filantrópicos. A responsabilidade social da empresa permite o alinhamento dos objectivos sociais e económicos e aumenta a possibilidade e o potencial de uma empresa em desenvolver-se por muito tempo, isto é, a longo prazo (cf. Porter e Kramer, 2002). A actuação da empresa no domínio social e no ambiental fortalece igualmente as capacidades institucionais e de empoderamento, bem como o relacionamento da empresa no apoio a causas sociais (cf. Costa, 2005:14).

Na verdade, o que notamos na actualidade é que as empresas incorporam na sua agenda discursos éticos que testemunham uma evolução positiva do seu papel social. A mudança discursiva resulta em parte dos escândalos empresariais vividos no passado e na actualidade e da crescente globalização (cf. Banerjee, 2007). Para as empresas a responsabilidade social constitui um compromisso ou “obrigação” moral para com a sociedade. Durante muito tempo a responsabilidade social das empresas circunscrevia nas acções de caridade dominantes no período da revolução industrial, tendo este modelo sofrido alterações profundas já nos tempos modernos, isto é, no século XX quando é incorporada a necessidade da garantia dos direitos a todos membros da sociedade humana através das acções de capacitação ou educação cívica cidadã.

Sobre esta matéria, Gago et al. (2005) sublinham que os deveres da empresa-cidadã tem a ver com as contribuições que, na decorrência da sua actividade, queira para uma sociedade mais justa para as pessoas, bem como actividades económica, comercial e financeira sejam mais transparentes. Como foi referido, as exigências das Nações Unidas também jogam um papel determinante na reconfiguração das relações entre as empresas e a sociedade no seu todo. Alguns instrumentos legais aprovados como a Declaração Universal dos Direitos Humanos

(1948), GRI (Global Report Initiative) criado em 2002, tem colaborado com UNEP (Programa das Nações Unidas para o ambiente), etc., e os compromissos globais sobre o meio ambiente e desenvolvimento sustentável, na lógica de *não deixar ninguém atrás* (lema actual das Nações Unidas), reforçam os argumentos para as empresas assumirem a responsabilidade social.

Portanto, o desenvolvimento económico hoje não pode estar dissociado da responsabilidade social dos principais intervenientes tais como consumidores, empregados, comunidades e instituições público-privadas para responder as demandas crescentes da sociedade.

1.8. Responsabilidade Social no Contexto Moçambicano

As mudanças político-económicas vividas em Moçambique desde finais da década de 1980 que foram combinadas com numerosas descobertas de recursos naturais chamaram a atenção das grandes companhias multinacionais para investir no país. As descobertas e o início de exploração desses recursos criaram enormes expectativas tanto dos investidores como dos moçambicanos. Não havendo experiência e legislação nacionais para lidar com as multinacionais, Moçambique tem vindo paulatinamente a adoptar mecanismos legais para definir o relacionamento com as instituições multinacionais.

Nesse relacionamento começaram a surgir conceitos não habituados como a responsabilidade social empresarial que não era comum no modelo de economia centralizada. Foi precisamente na década de 2000 que começa o debate a nível nacional protagonizado pelas forças da sociedade civil e académica, na tentativa de identificar o contributo dos grandes projectos para a economia nacional e o alívio da pobreza nos locais de exploração. Refira-se que a quantidade de investimentos directos estrangeiros aumentou significativamente nos últimos anos não obstante a crise financeira global. Dados do Centro de Promoção de Investimentos (CPI) indicam que entre 2010 a 2013 foram aprovados mais de mil novos projetos de investimento orçados em \$ 12,5 biliões (Godinho, 2014; EDIC, 2014) e com previsão de cento e dez mil novos empregos.

O governo moçambicano entende que os megaprojetos devem fundamentalmente promover o desenvolvimento económico e social das comunidades (Plano Diretor). E para se atingir o desenvolvimento económico e

social das comunidades, o Governo orienta as empresas no sentido de incluir seus planos de RSE em planos de desenvolvimento local.

O desenvolvimento local, na visão do Comité Económico e Social das Comunidades Europeias (Comité, 1995; Martins, 2002, p. 54), requer estimulação económica e social capaz de promover crescimento da economia, criação de emprego e qualidade de vida.

Como Rozas (1998) observa, o desenvolvimento local deve ser visto como instrumento da comunidade virado para o combate à pobreza, identificação e promoção das potencialidades locais.

Este constitui o grande desafio no caso moçambicano que está na fase inicial de exploração de recursos em grande escala e para além de que, normalmente, a indústria extrativa não proporciona oportunidades de emprego por que é intensiva em tecnologia e capital.

1.8.1. Questão da Transparência

A sociedade civil defende uma maior transparência nos contratos com as empresas multinacionais e na gestão de fundos disponíveis.

Alguns observadores consideram que a sociedade não é informada sobre a gestão e o destino que é dado aos pagamentos feitos ao Governo (Cf. Selemene, 2011:1), facto que preocupa as comunidades locais, sociedade civil e as ONGs. A análise de Mosca a partir de dados do Banco de Moçambique revela que em média apenas entre 3% e 5% dos lucros do capital privado internacional são reinvestidos em Moçambique, e que milhões de dólares são repatriados ao exterior todos os anos (Mosca, 2013:7). A situação é exacerbada pela tendência crescente da corrupção no sector da mineração, a proliferação dos garimpeiros estrangeiros e fraca capacidade do Estado para a fiscalização.

Assim, as organizações da sociedade civil têm sugerido para a urgência de publicação dos contratos rubricados entre o governo e as companhias para o conhecimento dos termos dos mesmos, das condições e responsabilidades mútuas que se aplicam a projectos de pesquisa e exploração de recursos naturais, (idem) para posterior responsabilização em casos necessários.

- Nesta lógica, a legislação e políticas nacionais têm conhecido uma evolução consideravelmente positiva, destacando-se:

- *A Política de Responsabilidade Social Empresarial para a Indústria Extractiva de Recursos Minerais (PRSEIE)*, aprovada em Junho de 2014, através da qual o governo reafirma o seu papel de regulador e promotor do desenvolvimento económico e social. Esta política visa no essencial assegurar que a exploração dos recursos beneficie os moçambicanos a longo prazo transformando a estrutura económica do país;
- *A Estratégia dos Recursos Minerais*, aprovada em 17 de Dezembro de 2013 que realça a importância dos benefícios para os moçambicanos resultantes da exploração dos recursos naturais em termos do desenvolvimento económico, social e cultural;
- Lei nº 20/1997, de 7 de Outubro, Lei do Ambiente estabelece que todos os cidadãos têm o direito de viver num ambiente equilibrado e o dever de defendê-lo.
- *O Plano Director do Gás Natural*, aprovado em 24 de Junho de 2014 como instrumento orientador das práticas nacionais de uso do gás natural;
- *A Lei nº 34/2014*, de 31 de dezembro, sobre o Direito à Informação, com vista a assegurar a transparência e o conhecimento público, como já foi referido; e
- *Lei nº 19/97, de Terras*, de 1 de Outubro de 1997, que universaliza a terra como um meio de criação de riqueza e do bem-estar social. Esta Lei procura adequar-se ao desafio para o desenvolvimento que o país enfrenta e à nova conjuntura política, económica e social e conferir garantia de acesso e segurança de posse, tanto aos nacionais como aos investidores estrangeiros.

Para além disso, com a crescente pressão da sociedade, o governo foi obrigado a aderir à Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (ITIE) que é de âmbito global. Todavia, ainda prevalecem desafios para a concretização dos objectivos desejados. Apesar de Moçambique ter aderido a ITIE, não tem melhorado no que diz respeito à divulgação dos valores pagos pelos megaprojetos, violando deliberadamente, a lei de direito à informação.

A questão dos reassentamentos das comunidades tem sido complexa, surgindo problemas de ocupação de terra, falta de indemnização justa aos camponeses (pequenos agricultores), contribuindo para a violação de direitos dos cidadãos.

Como Gove (2012:3) observa, o principal desafio da gestão da política económica em países dotados de recursos naturais é a prevenção da possibilidade de ocorrência da chamada “maldição dos recursos” (Langa & Massingue, 2014). O investimento directo estrangeiro (IDE) em Moçambique tem sido destinado em grande medida para o sector mineiro-energético, que no geral tem recebido investimentos iniciais não inferiores a 500.000 dólares americanos (Mosca, 2011:15).

Mas como tem sido defendido pelos diferentes segmentos da sociedade moçambicana, há que se desenvolver um enquadramento político que seja atraente para os investidores, e ao mesmo tempo, garanta benefícios para as comunidades locais, bem como para o país como um todo e dentro de um contexto de políticas governamentais e estratégias de desenvolvimento mais alargadas (cf. Mosca, 2011). Globalmente considera-se que:

“Um sector de mineração transparente e inclusivo que seja ambiental e socialmente responsável, que forneça benefícios duradouros para a comunidade e busque uma visão integrada dos direitos das diversas partes interessadas, é essencial para lidar com os impactos adversos do sector de mineração e, com isso, evitar conflitos induzidos pela exploração mineral. A participação do público na avaliação dos impactos ambientais e sociais é importante para enfrentar estes desafios” (UNECA, 2011:45).

Como Mosca (2013: 19) refere, o debate sobre a responsabilidade social em Moçambique centra-se em saber, ou definir (legislar), em cada caso, os limites do papel das empresas, do Estado e das comunidades, sabendo que as primeiras têm a responsabilidade de restituir as condições ambientais e ecológicas (caso a exploração produza externalidades ambientais negativas), assegurar a continuidade dos processos produtivos económicos e sociais encontrados, indemnizar pelos danos causados e perdas de condições económica e social presente e futura, estabelecer redes com o tecido económico e social que assegure estabilidade para o exercício das suas funções.

Capítulo II – Metodologia

2.1. Abordagem Metodológica

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho é qualitativa. Ela tem como base a revisão bibliográfica que possibilitou a operacionalização de conceitos e respetivo enquadramento teórico. Em seguida efectuou-se um estudo de caso de carácter exploratório, usando como instrumento o inquérito por questionário que, conforme Pocinho (2012:94), consiste em colocar uma série de perguntas a um número representativo da população, relativas à: (i) sua situação social, profissional ou familiar; (ii) suas opiniões; (iii) sua atitude em relação às opções ou questões humanas e sociais; (iv) expectativas; (v) ao seu nível de conhecimentos ou consciência de um acontecimento ou de um problema; e (vi) qualquer outro ponto que interesse aos investigadores.

Estudo de caso segundo Yin (2009) contribui para a compreensão de um determinado fenómeno ou ação quer seja individual, organizacional, social ou político atual e no contexto da vida real.

O autor define o conceito de estudo de caso como sendo uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, preservando as características holísticas e significativas, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos.

Devido as suas limitações, particularmente a dificuldade de generalizar os resultados, os estudos de caso devem incluir diversas fontes de dados e métodos de investigação qualitativa e/ou quantitativa, para conseguir responder as questões como? e porquê? de um determinado fenómeno atual. Contudo o método deve ser escolhido de acordo com o objetivo proposto (Yin 2009).

2.2. Instrumentos e Medidas

O método escolhido foi o inquérito por questionário que, segundo Sousa e Batista (2011), permite recolher uma amostra dos conhecimentos, atitudes e comportamentos, sendo esta amostra representativa de uma população.

Os questionários podem ser abertos fechados ou mistos. Os primeiros possuem respostas abertas, pelo que a sua interpretação é bastante complexa pela variedade de respostas possíveis. Os fechados são objetivos e de resposta directa,

sendo por isso o seu tratamento facilitado. Os mistos apresentam questões abertas e fechadas.

Neste caso foram utilizados questionários fechados, utilizando, na sua maioria, a escala de Likert de 5 pontos, como se apresenta:

1-Sim; 2-Não; 3- Em parte; 4-Não sei e 5- não se aplica.

E para os líderes comunitários foi administrado um questionário misto mas não foi respondido e por isso, não foi considerado.

2.3. Amostra

A população-alvo é constituída por 1000 residentes das comunidades de Pande e Temane que foram pedidos a responder o questionário. Dos quais, somente 540 residentes responderam ao questionário, que constitui a amostra para este trabalho- N=540.

2.4. Recolha de Dados

Os dados foram recolhidos nas comunidades de Pande e Temane por serem as zonas de exploração de gás do Consórcio, situadas nos distritos de Govuro e Inhassoro, na Província de Inhambane, a noroeste de Maputo, a 727 e 412 Km respetivamente (Google.pt, data da consulta). O Consórcio foi fundado no ano 2000, resultante do acordo assinado entre a Petroquímica sul-africana SASOL internacional, representada por sua subsidiária SASOL Petroleum Temane (SPT) e a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P., (ENH, E.P.), representada por sua subsidiária Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, S.A., (CMH, S.A.) com participações de 70% e 30% respetivamente. Mais tarde, a CMH, S.A. vendeu a Corporação Financeira Internacional, do grupo do Banco Mundial (IFC, singla em língua inglesa) 5% de suas ações ficando com 25%.

Para a coleta de dados, tratando-se da zona rural, foi elaborado um questionário simples e de fácil compreensão possível aos inquiridos usando indicadores sociais, tais como: distâncias percorridas para se alcançar os serviços sociais básicos (escolas, unidades sanitárias, fontes de abastecimento de água, Mercado, rede de transportes públicos); tipos de estradas; o nível de satisfação com o processo de reassentamento e compensações; possibilidades de emprego no Consórcio; métodos usados para saneamento básico do meio ambiente local; relação Consórcio-Comunidades, etc.

2.5. Análise de Dados

Como referido, a análise de dados recorreu a procedimentos estatísticos, utilizando o Excel 2013 do Microsoft Office, para caracterizar a amostra e quantificar a perceção dos residentes das comunidades locais quanto às práticas de responsabilidade social do CGNPT. Os resultados são apresentados sob a forma de frequências relativas e gráficos para uma melhor visualização da tendência.

Capítulo III – Apresentação e Discussão dos Resultados

No sentido de melhor expor os resultados desta investigação, este capítulo está dividido em três pontos. No primeiro ponto é feita a caracterização da amostra, seguida da quantificação da perceção dos residentes das comunidades locais, quanto as práticas de responsabilidade social (reassentamento e indemnizações, desenvolvimento económico, práticas ambientais e projetos sociais); no terceiro ponto faz-se a discussão dos resultados apresentados.

3.1. Caracterização da amostra

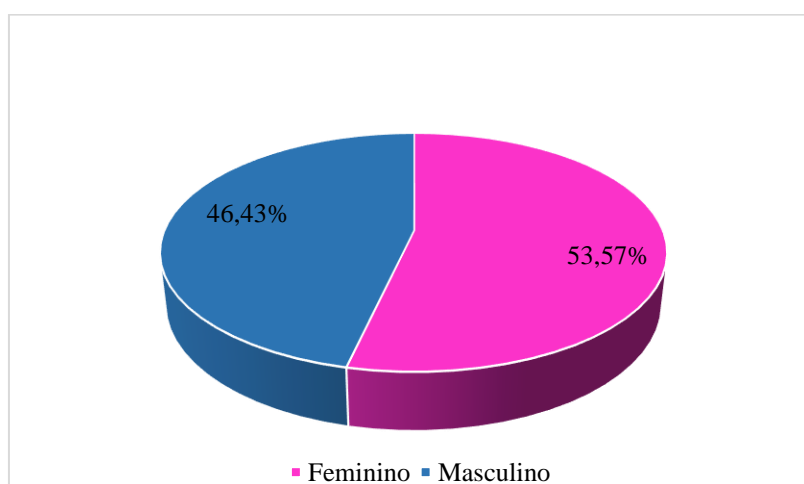
Esta caracterização permite identificar o perfil dos 560 inquiridos, que incluem pessoas residentes nas comunidades abrangidas pelo projeto do CGNPT.

Optou-se por assentar a caracterização da amostra em três aspetos, género, idade e se é reassentado, conforme se ilustra de seguida.

Tabela 1 – Distribuição do género dos residentes inquiridos

Género	Nº de Residentes	Frequência Relativa (%)
Masculino	260	53,57
Feminino	300	46,43
Total	560	100

Gráfico 1 – Representação gráfica da distribuição do género dos residentes inquiridos



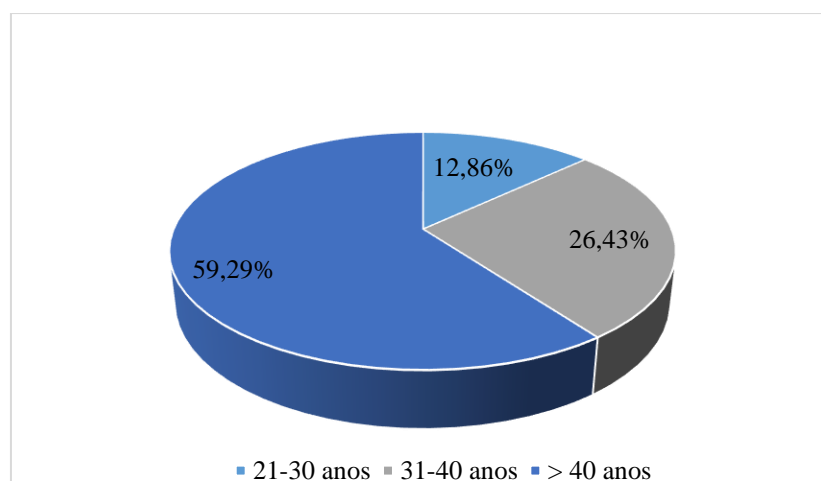
Fonte: Elaboração própria

De acordo com a Figura 1, no que se refere à distribuição do género, a amostra é relativamente equilibrada, com 53,57% dos inquiridos do sexo feminino e 46,43% do sexo masculino.

Tabela 2 – Distribuição da faixa etária dos residentes inquiridos

Faixa Etária	Nº de Residentes	Frequência Relativa (%)
21-30	72	12,86
31-40	148	26,43
>40	332	59,29
Total	560	100

Gráfico 2 – Representação gráfica da distribuição da faixa etária dos residentes inquiridos



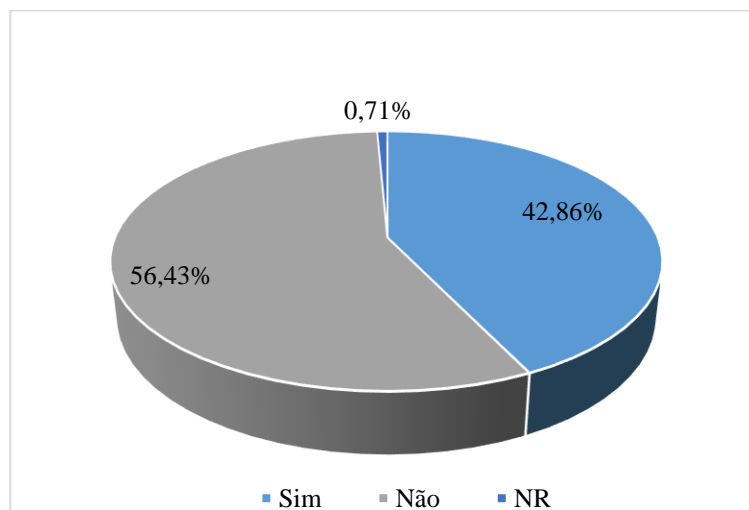
Fonte: Elaboração própria

Verifica-se que a maioria dos residentes encontra-se na faixa etária dos maiores de 40 anos, que representam 59,29% do total dos inquiridos. Cerca de um quarto dos inquiridos (26,43%) tem entre 31 e 40 anos e 12,86% tem entre 21 e 30 anos.

Tabela 3 – Distribuição dos residentes em reassentados ou não reassentados

Reassentamento	Nº de Residentes	Frequência Relativa (%)
Sim	240	42,86
Não	316	56,43
NR	4	0,71
Total	560	100

Gráfico 3 – Representação gráfica da distribuição dos residentes reassentados ou não



Fonte: Elaboração própria

A distribuição dos residentes entre reassentados e não reassentados é relativamente equilibrada, pois 42,86% é reassentada e 56,43% já habitavam as comunidades. Do total da amostra, 4 inquiridos não responderam, totalizando 0,71%.

3.2. Perceção dos Residentes quanto às Práticas de Responsabilidade Social desenvolvidas pelo CGNPT

3.2.1. Reassentamento e Indemnizações

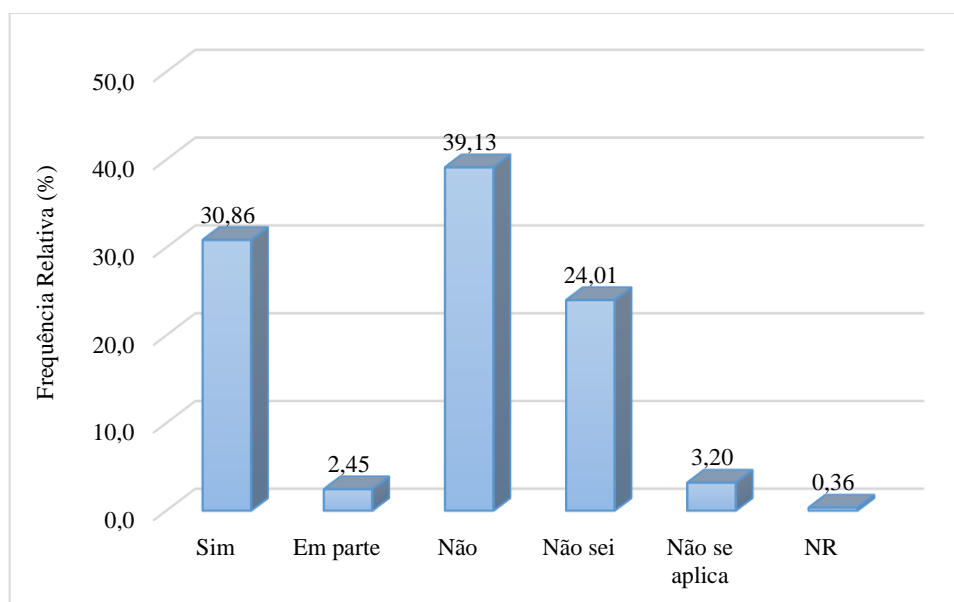
Para quantificar qual a perceção que os residentes das comunidades locais possuem acerca da contribuição do CGNPT para o reassentamento e indemnizações foram agrupadas todas as questões relativas a este aspeto (Q1, Q2, Q3, Q5, Q6, Q7, Q8, Q12, Q13, Q28 e Q36), sendo os resultados apresentados de seguida.

Tabela 4 – Perceção dos residentes quanto à contribuição do CGNPT para o reassentamento e indemnizações.

Reassentamento e Indemnizações	Nº de Residentes	Frequência Relativa (%)
Sim	1388	30,86
Em parte	110	2,45
Não	1760	39,13
Não sei	1080	24,01
Não se aplica	144	3,20
NR	16	0,36

Total	4498	100
--------------	------	-----

Gráfico 4 – Representação gráfica da percepção dos residentes quanto à contribuição do CGNPT para o reassentamento e indemnizações



Fonte: Elaboração própria

A Figura 4 revela que a maioria dos residentes inquiridos considera que o CGNPT não tem qualquer papel no reassentamento das populações e respetivas indemnizações (39,13%). Em contrapartida, 30,86% considera que o Consórcio contribui para o reassentamento e indemnizações e 24,01% não sabe. Apenas 2,45% indica que o Consórcio contribui em parte, 3,20% refere que esta questão não se aplica à sua condição e 0,36% não respondeu a uma ou mais deste conjunto de questões.

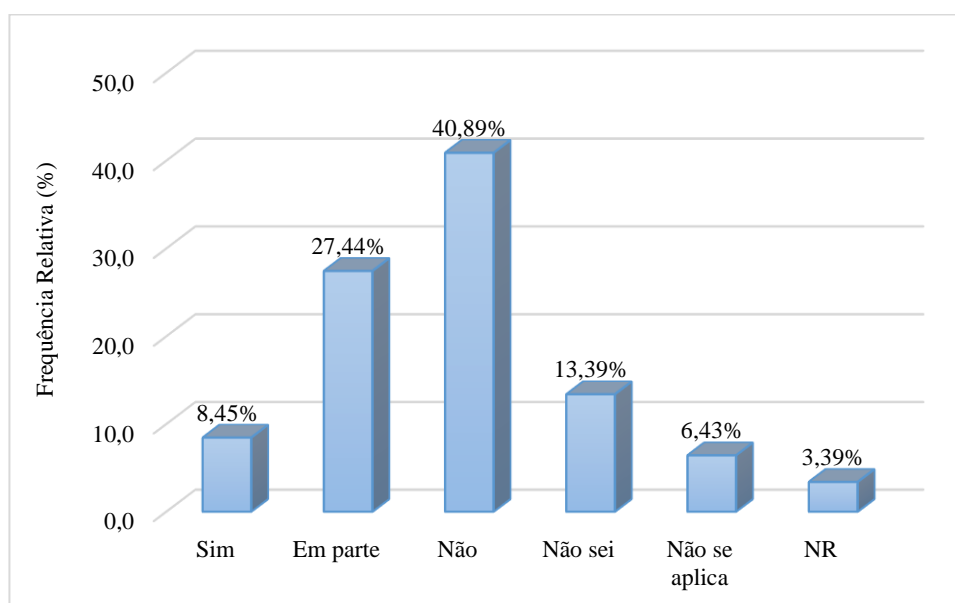
3.2.2. Desenvolvimento Económico

Para caracterizar a percepção dos inquiridos relativamente ao desenvolvimento económico promovido pelo CGNPT foi realizado o mesmo procedimento, recorrendo-se às questões relacionadas com esta variável (Q10, Q11, Q25, Q29, Q30, Q31, Q34, Q37, Q38, Q39, Q41, Q43), apresentando-se os resultados de seguida.

Tabela 5 – Perceção dos residentes quanto à contribuição do CGNPT para o desenvolvimento económico.

Desenvolvimento Económico	Nº de Residentes	Frequência Relativa (%)
Sim	568	8,45
Em parte	1844	27,44
Não	2748	40,89
Não sei	900	13,39
Não se aplica	432	6,43
NR	228	3,39
Total	6720	100

Gráfico 5 – Representação gráfica da percepção dos residentes quanto à contribuição do CGNPT para o desenvolvimento económico.



Fonte: Elaboração própria

A Figura 5 mostra que a maioria dos residentes inquiridos considera que o CGNPT não contribui para o desenvolvimento económico das comunidades locais (40,92%), ou contribui em parte (27,46%). Apenas 8,46% considera que contribui e 13,40% não sabe. Um valor residual de 6,37% indica que tal não se aplica e 3,39% não respondeu a uma ou mais deste conjunto de questões.

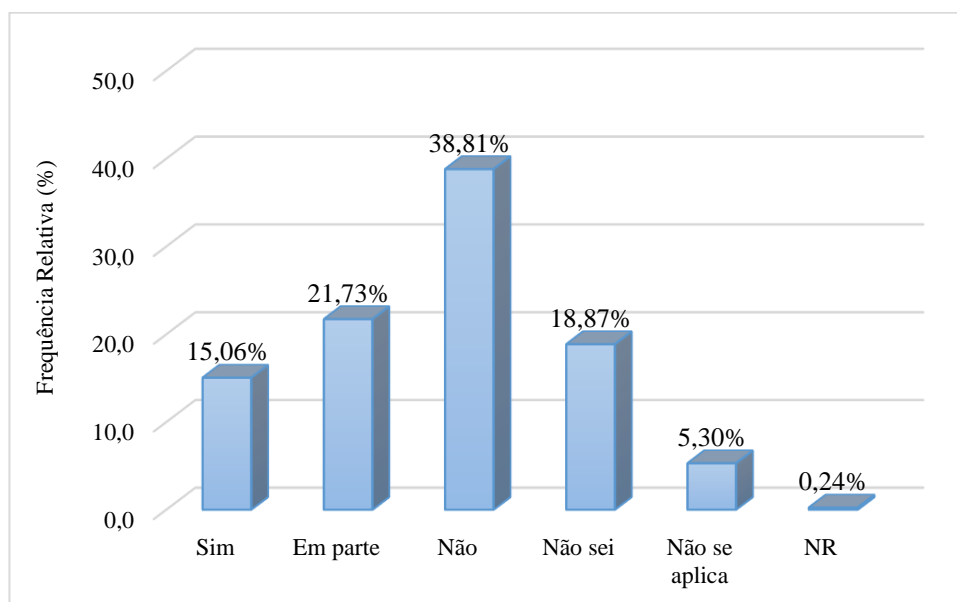
3.2.3. Práticas Ambientais

O mesmo procedimento foi realizado para as questões relacionadas com a percepção que os residentes possuem acerca da contribuição do CGNPT para a adoção de práticas que protejam o ambiente (Q14 a Q24 e Q26), conforme mostra de seguida.

Tabela 6 – Percepção dos residentes quanto à contribuição do CGNPT para a adoção de práticas que protejam o ambiente

Práticas Ambientais	Nº de Residentes	Frequência Relativa (%)
Sim	1012	15,06
Em parte	1460	21,73
Não	2608	38,81
Não sei	1268	18,87
Não se aplica	356	5,30
NR	16	0,24
Total	6720	100

Gráfico 6 – Representação gráfica da percepção dos residentes quanto à contribuição do CGNPT para a adoção de práticas que protejam o ambiente



Fonte: Elaboração própria

De acordo com a Figura 6, a maioria dos residentes inquiridos considera que o CGNPT não adota as melhores práticas de proteção do ambiente nas comunidades locais (38,81%), ou adota em parte (21,73%). Apenas 15,06%

considera que são adotadas práticas de proteção do ambiente e 18,87% não sabe. Cerca de 5,30% indica que tal não se aplica e 0,24% não respondeu a uma ou mais deste conjunto de questões.

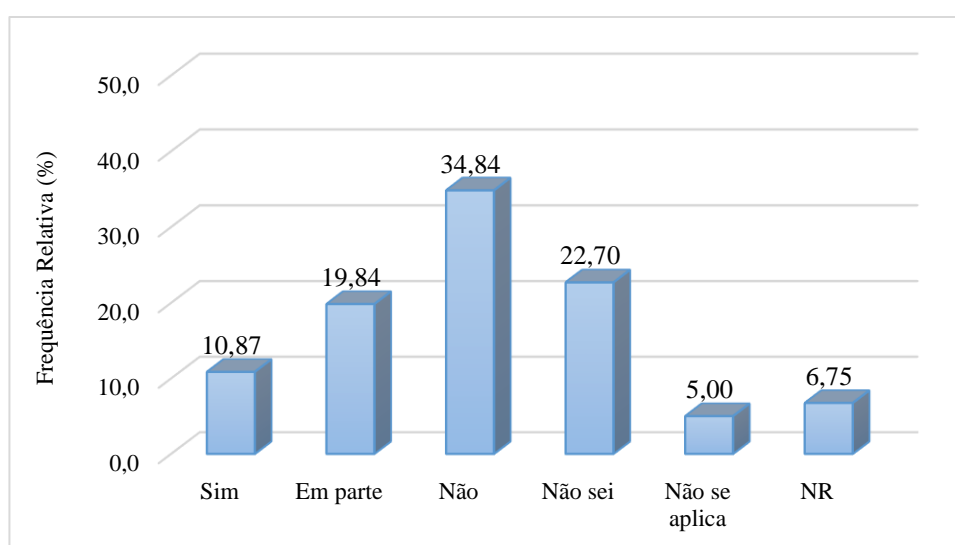
3.2.4. Projetos Sociais

No que se refere ao desenvolvimento de projetos sociais dentro das comunidades estudadas, também foram realizadas questões relacionadas com a perceção que os residentes possuem acerca da contribuição do CGNPT (Q4, Q9, Q27, Q32, Q33, Q35, Q40, Q42 e Q44), chegando-se aos resultados seguintes.

Tabela 7 – Perceção dos residentes quanto à contribuição do CGNPT para o desenvolvimento de projetos sociais

Projetos Sociais	Nº de Residentes	Frequência Relativa (%)
Sim	548	10,87
Em parte	1000	19,84
Não	1756	34,84
Não sei	1144	22,70
Não se aplica	252	5,00
NR	340	6,75
Total	5040	100

Gráfico 7 – Representação gráfica da perceção dos residentes quanto à contribuição do CGNPT para o desenvolvimento de projetos sociais



Fonte: Elaboração própria

A Figura 7 mostra que a maioria dos residentes inquiridos considera que o CGNPT não contribui para o desenvolvimento de projetos sociais nas comunidades locais (34,84%), ou adota em parte (19,84%). Por outro lado, 10,87% considera que o Consórcio contribui para o desenvolvimento de projetos sociais locais e 22,70% não sabe. Cerca de 5,00% indica que tal não se aplica e 6,75% não respondeu a uma ou mais deste conjunto de questões.

Conclusões

Do presente estudo, pode-se tirar dois tipos de conclusões, de âmbito teórico e implicações na tomada de decisões.

Nas conclusões teóricas, apesar de responsabilidade social empresarial ser novo conceito tanto no contexto africano como no Moçambicano, ela é implementada em Moçambique sobretudo pelas empresas multinacionais. A RSE é baseada na pirâmide de Carroll (1999) que distingue quatro dimensões de atuação de empresas, que são económicas, legais, éticas e filantrópicas.

Mas tal como sucede nos países industrializados, em Moçambique a RSE é dominada por questões económicas deixando a preocupação da sustentabilidade. É tido como comportamento socialmente responsável na indústria extrativa em Moçambique se a empresa se dedicar principalmente em questões económicas e filantrópicas, isto é, basta que produza e dê assistência as comunidades por via dos chamados projetos sociais.

Essa forma de atuar corresponde à observação do Visser (2005) que considera a organização da pirâmide Carrolliana não ser compatível com a realidade africana.

Quanto às implicações para os decisores, pode-se afirmar que actuação e procedimentos da empresa Sasol não se difere daquilo que tem sido feito pelas outras grandes empresas multinacionais que operam em Moçambique que, em geral, procura evitar situações de conflituosidade com a comunidade em que ela se encontra inserida.

A principal preocupação das empresas é assegurar no máximo possível o lucro. Por exemplo, a construção de centros de saúde para os trabalhadores da empresa é visto não sendo parte da responsabilidade social pois, “estas acções devem ser compreendidas como vantajosas para as empresas como meio de evitar maiores índices de absentismo, maior produtividade, mais controlo/fidelização sobre os operários e técnicos” (Mosca, 2013: 19). Ligado a isso é a omissão na prestação da informação das empresas sobre o impacto sociocultural, económico e ambiental pós implantação dos projetos, sustentabilidade da sua manutenção, deixando apenas implícita a sua principal motivação ao investir nesses projectos (cf. Selemane, 2008).

A delimitação das responsabilidades sociais pelas empresas é tida como sendo propositada. Como observa Castel-Branco (2008) as infraestruturas que as

empresas criam, embora sejam de utilidade pública, não são sustentáveis na medida em que quando são entregues ao Estado, este é pressionado a mobilizar recursos adicionais do seu orçamento para pagar salários aos profissionais, bem como garantir os serviços e a manutenção desses projectos criados pelas empresas. Sem tal intervenção do Estado as infraestruturas não funcionam.

Perante esta realidade, surgem questionamentos se a responsabilidade da construção das infraestruturas deve ou não ser das empresas multinacionais e/ou se o Estado devia construir essas infraestruturas usando as receitas dos impostos pagos pelas empresas para benefícios das comunidades, ou se as verbas destinadas aos projectos da responsabilidade social deviam ser revertidas para as comunidades directamente. Obviamente ainda não há consenso sobre estas questões.

Mas a questão de benefícios das comunidades em particular e do Estado moçambicano em geral está na origem da nova visão do governo de reformulação das políticas e estratégia nacionais sobre o relacionamento com as grandes empresas multinacionais. O governo entende que os benefícios da exploração dos recursos naturais devem ser partilhados, sendo no caso de hidrocarbonetos, 25 por cento de toda a produção para ser consumido no país (cf Lei do Petróleo). As empresas, todavia, estão relutantes com esta medida por considerar que vai diminuir o lucro porque a nível interno ainda não há procura maior comparativamente os preços praticados a nível internacional que justifiquem os seus investimentos.

Sobre a questão de se saber entre a empresa e o governo quem deve assumir a responsabilidade social, Selemene (2008) recorrendo a definição do conceito disse que a actividade duma empresa deve ser vista em duas perspectivas, interna e externa. Na vertente interna, circunscrevem acções tendentes ao fortalecimento das relações institucionais entre o patronato e os trabalhadores. Este argumento, pode ser aplicado ao caso em que as empresas constroem centros de saúde por exemplo para os trabalhadores. Na vertente externa, em que acções empresariais devem procurar beneficiar a comunidade onde esteja inserida, sendo os casos dos projectos socioeconómicos como escolas e hospitais.

Todavia, um dos grandes desafios da responsabilidade social é a falta da capacidade do Estado para a fiscalização do cumprimento efectivo dos compromissos que são assumidos com as multinacionais. Na situação actual, as empresas definem e delimitam os termos da sua responsabilidade social tendo em mente os seus interesses lucrativos. O mínimo que as empresas conseguem fazer

visa em grande medida evitar o surgimento de conflitos sociais onde operam. Tal capacidade do Estado deve também ser combinada com a seriedade e transparência a nível dos agentes públicos envolvidos na tramitação dos processos de exploração de recursos naturais para que os impostos reais pagos pelas empresas sirvam a maioria dos cidadãos e não ao enriquecimento privado ilícito com os bens públicos. Na ausência de rigor e associado à lacuna legal para punição das empresas que não tenham estratégia interna de responsabilidade social, em que as acções ocorrem de forma pontual e esporádica, assiste-se aquilo que alguns chamam de relação de promiscuidade entre a política e negócios (cf. Mosca, 2012). No entanto, o elemento sanção já aparece na lei de petróleo de 2014, na qual prevê que em caso de qualquer dano ambiental no local de exploração, deve-se sancionar a empresa envolvida. Talvez seja esta nova medida que tem provocado preocupações das multinacionais em Moçambique.

As práticas de Responsabilidade Social e Desenvolvimento Económico do CGNPT, são na sua essência, de carácter filantrópico, isto é, são esporádicas e visam apenas a evitar conflitos com as comunidades.

Bibliografia

- Anderson, S., Cavanagh, J. (2000). *Top 200: the rise of corporate global power*. Washington, DC: Institute for Policy Studies. 13 p. NB.; verde fonte Gomes
- Araújo, E. (2002). Responsabilidade civil ambiental. Brasília.
- BAD (2015). *Annual Report 2015*. Abijan.
- Carvalho, J. C. (2010). *Negociação para (In)competentes relacionais*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda, 2ª Ed.
- Casaca e Correia (coord.) et al (2014). *Dicionário de Gestão*. Lisboa: Escolar Editora.
- Almeida, Filipe (2010). Ética, valores humanos e Responsabilidade social das empresas. Lisboa: Príncípa Editora.
- Castel-Branco, C.N. (2008). *Os Mega Projetos em Moçambique. Que Contributo para a Economia Nacional?* Maputo.
- Conselho de Ministros. (2014). *Plano Diretor do Gás Natural*. 16ª Sessão. Maputo.
- Coutinho, M. S. S., (2006). *RAP* Rio de Janeiro 40(5):763-87, Set./Out. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rap/v40n5/a02v40n5.pdf>. Consultado em 17/05/2016
- Daouda Y. H. (2014). *CSR and Sustainable Development: Multinationals are socially responsible in sub-Saharan Africa? The case of Areva in Niger*, African Study nº 28/2014, ISCTE, Lisboa. Disponível em <http://cea.revues.org/1719>; DOI: 10.4000/cea.1719. Jornal Notícias, 5 de Agosto de 2014. Maputo.
- Fombrun, C.; Gardberg, N., Barnett, M. L. (2001) *Opportunity platforms and safety nets: corporate citizenship and reputational risk*. Business and Society Review, v. 105, n. 1, p. 85-106.
- Freire et al (2014). *Sociologia do Trabalho: Um Aprofundamento*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Gomes, A. N. (2005). *Sustentabilidade de Empresas de Base Florestal: O papel dos projetos sociais na inclusão das comunidades locais*. Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do programa de Pós-Graduação em ciência Florestal, para obtenção do título de Doctor Scientiae.
- Governo de Moçambique (2014). *Lei do Petróleo*. Maputo.
- IEERS-ETHOS. Perguntas frequentes. Disponível em <http://www.Ethos.org.br/doc/institucional/perguntas.html>
- Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2013). Indicadores Ethos-Sebrae de Responsabilidade Social. São Paulo.

- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2011). *Indicadores de pobreza*. Maputo.
- Martins, S. R. O. (2002). *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Vol. 3, N. 5, Set.
- Mary Urdaneta, A. C. e. a., (2011). La Responsabilidad Social: nuevo enfoque gerencial en las empresas mixtas del sector petrolero del Estado Zulia, Venezuela. *In Revista de Ciencias Sociales*, 17(4), pp. 666-691.
- McIntosh, M.; Thomas, R.; Leipziger, D.; Coleman, G. (2003). *Living corporate citizenship*. London: FT Prentice Hall. 297p.
- Mendes, S. (2011). *O Homem e a Responsabilidade ambiental: O Turismo de Natureza e a Sustentabilidade*. Alpiarça: Zaina Editores.
- Monaghan, P.; Sabater, C.; Weiser, J. (2003). *Business and economic development: the impact of responsibility standards and practices*.
- Mosca, J., (2011). *El Dorado Tete: Os megaprojectos de mineração*, Maputo: CIP.
- Mosca, J., (2013). *Grandes Projectos e a Segurança Alimentar em Moçambique*, Maputo: IESE.
- Mosca, J., (2013). *Grandes Projectos e Reprodução da Pobreza em Moçambique*, Lisboa: CEsa - ISEG/UTL.
- Nabais, C. (2016). *Dicionário de economia/ Dictionary of economics*. Edição bilingue. Lisboa: Plátano Editora.
- Reyes, G. E. (2001). Four main theories of development: modernization, dependency, world-system and globalization. *In Revista crítica de ciencias sociales y juridicas*, n. 4. Disponível em [http://www. <ucm.es/info/eurotheo/nómadas>](http://www.ucm.es/info/eurotheo/nómadas) Consultado em: nov.2004.
- Selemane, T., (2008). *A responsabilidade social empresarial dos Mega-projectos em Moçambique: O caso do mega-projecto da SASOL*. Maputo: ISUTC.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras. 384 p.
- Valier, J. (2016). *Breve História do Pensamento Económico de Aristóteles aos nossos dias*. Lisboa: Edições texto & grafia. Tradução de Pedro Elói Duarte.
- Yin, R. K. (2001) *Estudo de caso: planeamento e métodos*. 2ª. Ed. Porto Alegre: Bookman. 205 p.

Anexo I – Questionário

Questionário

Este questionário surge no âmbito da elaboração de trabalho de dissertação de Mestrado a apresentar ao Instituto Superior de Gestão (ISG) – Curso de Mestrado em Estratégia de Investimento e Internacionalização.

Por favor, leia atentamente as questões e responda cada uma delas com objetividade.

Este inquérito é **absolutamente confidencial**, por favor, não deve assinar nem rubricar ou pôr qualquer sinal que possa quebrar o anonimato.

Autor: Sebastião João Massapa

I. Dados sociodemográficos

Neste ponto, pretende-se fazer a caracterização sociodemográfica dos inqueridos. Deverá assinalar, por favor, com um **X** a resposta que considera mais adequada (escreva o número de anos da sua idade).

1. Género: ____ masculino ____ Feminino
2. Idade: ____ anos
3. É reassentado(a) _____ sim _____ Não

Nesta parte do questionário, pretende-se saber qual é o grau de satisfação, com as práticas de Responsabilidade Social do Consórcio de Gás Natural de Pande e Temane (CGNPT) liderado pela Sasol, das comunidades locais.

Marque por favor, com um **X** ao número correspondente à resposta que achar adequada a sua opinião, tendo em conta que:

1- Sim; 2-Não; 3-Em parte; 4- Não sei; 5-Não se aplica

II. Desenvolvimento económico

Nº	Questões	1	2	3	4	5
1	Considera o processo de reassentamento bem conduzido pelo consórcio liderado pela Sasol. (PR)					
2	As famílias reassentadas foram atribuídas casas melhoradas construídas pelo consórcio e têm água e luz. (Processo de reassentamento)					
3	As famílias reassentadas receberam as suas indemnizações e foram transportadas para novas zonas de residência com todos seus bens. (PR)					
4	Desde a implantação do Consórcio de gás em Temane, a vida das comunidades circunvizinhas melhorou bastante graças a edificação de diversas infraestruturas sociais. DE					
5	As distâncias percorridas pelas mulheres grávidas e a população em geral, diminuíram porque foram construídos e reabilitados centros de saúde. DE					
6	As distâncias percorridas pelas crianças para chegar as escolas diminuíram porque o consórcio construiu e reabilitou escolas nas comunidades locais. DE					
7	As vias de acesso às comunidades (estradas) foram reabilitadas e/ou construídas pelo consórcio (Sasol) para facilitar a circulação de pessoas e bens. RdV (restauração de nível de vida)					
8	Os idosos, crianças desamparadas e doentes crónicos das comunidades locais são apoiados pelo consórcio, através de doações, diminuindo desta forma, o seu sofrimento. D social					
9	Os projetos sociais realizados pelo consórcio nas comunidades locais, são identificados e planificados com as comunidades beneficiárias. PS (proj. sociais)					
10	No âmbito de recrutamento de mão-de-obra não qualificada, o consórcio prioriza as comunidades locais. DE					
11	Na atribuição de bolsas de estudo, o consórcio dá prioridade aos residentes das comunidades circunvizinhas. (DE).					
12	Os moradores das comunidades locais confiam na empresa já que as relações entre si são boas.					
13	O consórcio tem participado ativamente no fomento de atividades que contribuem para o desenvolvimento social das comunidades locais. RdNV					

III. Práticas ambientais

14	A Sasol tem realizado palestras sobre a gestão do meio ambiente, nas comunidades locais. MA (Meio ambiente)					
15	Na sua opinião, acha que a Sasol tem contribuído para a poluição do meio ambiente nas zonas de produção. DI					
16	A empresa tem incentivado as comunidades locais para a necessidade de plantação de árvores, como forma de preservar a natureza. MA					
17	A empresa tem participado ativamente junto às comunidades, no fomento de atividades que contribuem para o saneamento do meio, contribuindo desta forma, para o desenvolvimento social. MA					
18	Conhece alguma prática do consórcio, que ajuda na redução da pobreza na comunidade com base nos programas de prevenção de desastres naturais. Participação					
19	Considera que a Sasol tem se preocupado com a redução do impacto ambiental nas suas operações. DI					
20	Na extração e produção de gás, acha que tem havido o cuidado de evitar contaminação dos solos e da água. MA					
21	Conhece alguma prática da empresa que ajuda na redução dos problemas de erosão de solos nas comunidades. MA					
22	Os resíduos químicos normalmente são incinerados nas instalações da própria empresa. DI					
23	O consórcio tem explicado as comunidades sobre a necessidade de redução e reuso dos sacos plásticos, como forma de preservar o meio. Educação Ambiental					
24	Acha que as práticas ambientais do consórcio liderado pela Sasol, concorrem para a melhoria de vida das comunidades. DS					
25	Considera que a Sasol dá prioridade à saúde e segurança dos empregados, do que das comunidades locais. DE					

Sebastião João Massapa - Responsabilidade Social e Desenvolvimento Económico:
Uma Análise do Consórcio de Gás Natural em Moçambique

26	Tem informação sobre as medidas de redução de emissão de substâncias tóxicas por parte do consórcio. MA					
27	A Sasol tem desenvolvido projetos sociais em benefício das comunidades circunvizinhas. PS					
28	Com apoio da Sasol, a sua comunidade beneficiou-se de reabilitação de vias de acesso. Ds					
29	Na sua família existe alguém que foi concedido bolsa de estudo para ensino superior pela Sasol. DE					
30	Um membro da sua família é trabalhador da Sasol. (DE)					
31	Os jovens da sua comunidade têm-se beneficiado de programas de formação profissional patrocinados pelo consórcio de gás natural. (DE)					
32	Os jovens da sua comunidade têm sido beneficiados dos fundos de promoção de empreendedorismo juvenil oferecidos pelo consórcio liderado pela Sasol. PS					
33	Já participou em algum projeto social financiado pelo consórcio liderado pela Sasol. Participação					
34	Você recebe informações sobre o que a empresa faz em benefício da sua comunidade. DI					
35	Na elaboração dos projetos sociais, a empresa tem se reunido com as comunidades para elaboração dos mesmos. (D I)					
36	Na sua opinião, acha que a empresa tem feito o suficiente para o bem-estar das pessoas reassentadas e demais moradores das comunidades locais. (DI)					
37	Na sua maneira de entender, acha que a Sasol tem contribuído suficientemente para o desenvolvimento económico das comunidades locais. (D I)					
38	Acha que na sua comunidade há confiança suficiente na gestão de fundos provenientes das doações para o desenvolvimento económico. DS					
39	Na sua comunidade existe algum projeto social, baseado na confiança mútua entre os membros. (PS)					
40	Com relação a atuação social da empresa, acha que as comunidades têm participado na definição de projetos a serem realizados. (Participação)					
41	Na sua opinião, a empresa tem feito o acompanhamento dos beneficiários dos projetos sociais depois de terminar o período de execução. DI					
42	Na sua comunidade existe transporte público de recolha de lixo, doado pela Sasol. (Meio Ambiente)					
43	Existem moradores na minha comunidade que compraram carros e motorizadas com dinheiro resultante dos projetos sociais oferecidos pelo consórcio. DE					
44	Com implantação do consórcio, as comunidades circunvizinhas já possuem infraestruturas sociais tais como, complexos ginnodesportivos, centros culturais, etc. (DS)					

OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!

Lisboa, julho de 2015